

Apresentação

*Fernando Rodrigues**

Qualquer obra escrita pelo homem é produzida em acordo com (ou em rompimento com) as regras de certa tradição e voltada para um determinado público-alvo. Se as interpretações de textos literários, filosóficos e científicos buscarem captar, ainda que de modo aproximativo, a compreensão que deles se tinha à época em que foram produzidos, não poderão deixar de levar em conta as condições de sua produção. Uma leitura meramente imanente de textos escritos em períodos históricos bem anteriores ao nosso parece servir, quando muito, para exemplificar o próprio método interpretativo que está sendo usado, mas não pode ter a pretensão de reconstruir a visão que deles se tinha quando foram escritos. Sobretudo no caso dos textos produzidos pelos gregos antigos, parece ser indispensável indagar a situação cultural no interior da qual os textos foram escritos. Alguns podem não revelar tão facilmente o fato de terem sido produzidos segundo as regras de uma tradição discursiva. A leitura dos diálogos iniciais de Platão, por exemplo, pode não gerar perguntas sobre a tradição em que se inserem; podemos lê-los ignorando que façam parte de um gênero literário chamado “diálogo socrático”. O mesmo parece valer para o *Banquete* de Platão, que, apesar de poder ser lido sem que nos preocupemos com o contexto em que foi produzido e conhecido, também se encaixava no gênero literário “banquete”, como demonstra o *Banquete* de Xeno-

* Doutor em filosofia pela Universidade de Konstanz, Alemanha; professor e coordenador do Programa em Pós-Graduação em Filosofia da UFRJ; co-tradutor de *Mênon* e *Parmênides*, de Platão (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio / Edições Loyola, 2001 e 2003).

fonte, em que, como no *Banquete* de Platão, também Sócrates aparece como personagem central. Em geral, esses textos são os que tinham por fim uma publicação, ainda que por “publicação”, ao se aplicar essa expressão à época clássica grega, se compreenda apenas a elaboração de um pequeno número de cópias de uma mesma obra. Há, no entanto, outros textos – sobretudo aqueles que não foram produzidos para serem publicados por escrito, mas para serem ouvidos ou servirem de notas de apoio para preleções – que, em geral, trazem alguma marca indicando que não podem ser lidos impunemente, sem que se pergunte pelo contexto de sua produção e pela finalidade com que foram escritos.

No atual *corpus aristotelicum*, raras são as obras produzidas para publicação. Os textos de Aristóteles podem ser classificados em três grupos: os mais populares, de circulação mais ampla [*hoi eksoterikoi logoi*]; os textos para circulação entre os especialistas [*hoi katà philosophían logoi*]; e os que não visavam a nenhuma circulação [*historíai, hypomnémata (memoranda), problémata* e uma grande coleção de *théseis*]. O primeiro grupo compreende, possivelmente, não apenas os diálogos, mas também outros textos escritos em um estilo mais cuidadoso, destinados a um público externo ao Perípatos. O segundo grupo consiste em textos a que certamente tinham acesso os membros do Perípatos. Os textos do terceiro tipo seriam para uso do próprio Aristóteles.

O fato de que nem todos os textos visavam à publicação explícita, em parte, dificuldades de consistência com que nos deparamos algumas vezes ao ler Aristóteles. Para exemplificar esse tipo de dificuldade, remeto a duas passagens da *Ethica Nicomachea*, o final do livro VII e o final do livro IX. Elas indicam que não se pode considerar a obra como um argumento linear e sugerem que o texto, como o conhecemos, não foi elaborado para fins de publicação. No primeiro passo, Aristóteles afirma que, tendo tratado do prazer (o que, de fato, faz em parte do livro VII), deverá abordar a amizade (o que faz nos livros VIII e IX);

no segundo passo, menciona que, tendo tratado da amizade, caberá em seguida considerar o prazer (o que faz na primeira parte do livro X). O texto, desse modo, considera duas vezes a mesma questão, o prazer, como se cada abordagem ignorasse a outra. Essas e outras passagens do *corpus* apontam para o fato de muitas das obras de Aristóteles – na verdade, quase todas – não terem sido planejadas tendo em vista uma publicação, pelo menos na forma como se encontram. Além disso, é crível que textos que hoje compõem uma mesma obra tenham sido escritos em diferentes fases do desenvolvimento intelectual do autor.

O texto da chamada *Metafísica* apresenta problemas maiores do que quase todas as demais obras atribuídas a Aristóteles. Inicialmente deparamo-nos com o fato de a expressão “metafísica” [*tà metà tà physiká*] não aparecer em nenhum outro lugar do *corpus aristotelicum*, a não ser nesse título. Nem mesmo os textos que compõem a *Metafísica* recorrem a essa expressão. Além disso, se aceita hoje, sem reservas, que a organização dos quatorze livros que formam essa obra não foi feita pelo próprio Aristóteles, mas por algum editor posterior, possivelmente Andrônico de Rodes. O editor lançou mão de textos que, ainda que em sua maioria possam ser genuínos (não-apócrifos), não teriam sido produzidos com vistas à publicação, muito menos à publicação em uma única obra, e que haviam sido escritos em épocas diferentes do desenvolvimento intelectual de Aristóteles. Uma leitura atenta do texto da *Metafísica* revela problemas de consistência, com afirmações diferentes sobre um mesmo tema. As interpretações da *Metafísica* devem considerar esse tipo de problema, ou bem tentando mostrar que as inconsistências são só aparentes, ou bem, aceitando as inconsistências, tentando mostrar por que elas estão presentes no texto. Qualquer que seja a resposta que se pretenda oferecer, ela não será adequada se não levar em conta como o texto foi produzido (isto é, em que circunstâncias e para que fim) e como chegou a nós, a menos que se trate de um mero exercício de um método interpretativo que

não pretenda aproximar-se do sentido que o texto possuía na época em que foi escrito.

Um dos problemas que recorrentemente chamaram a atenção no caso da *Metafísica* concerne ao próprio sentido da palavra “metafísica”. Seria esse termo uma mera referência à organização dos textos de Aristóteles, indicando tratar-se de textos que foram colocados após [*meta*] os textos físicos [*tà physiká*], ou ele indicaria algo sobre o conteúdo tratado? Se, além disso, os textos que compõem a *Metafísica* têm um conteúdo comum próprio, em que ele consiste? Nesse ponto surge um segundo problema, também repetidamente tematizado na história da interpretação aristotélica: os textos da *Metafísica* parecem apontar para diferentes tipos de investigações sobre diferentes objetos; cada uma dessas investigações, em cada ocasião, apresenta-se como a ciência que a obra desenvolverá. J. Owens menciona cinco modos de compreensão da ciência buscada na *Metafísica*:* investigação das primeiras causas e primeiros princípios; investigação do ente como ente; investigação teológica; investigação sobre a substância [*ousía*]; e investigação sobre a verdade. Essas compreensões são compatíveis entre si? P. Natorp, na segunda metade do século XIX, foi um dos primeiros a chamar a atenção para esse problema de consistência. Sua posição – de que a obra possuía algumas passagens apócrifas e não formava um todo concatenado – ou foi retomada e desenvolvida ou criticada pelos intérpretes posteriores. De todo modo, desde então não se pode mais ler o texto de Aristóteles pressupondo que ele forma uma unidade, sem apresentar justificativas explícitas para isso.

Para obter uma resposta adequada, a abordagem a esse tipo de problema na *Metafísica* parece depender de uma tematização do(s) tipo(s) de texto que compõe(m) a obra. Em geral, esses textos não teriam sido produzidos para publicação; seriam inves-

* *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics* (Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1957), p. 6.

tigações intelectuais [*pragmateíai*]. Aristóteles lançaria mão delas em suas preleções. Ademais, devem ter sido escritos em diferentes épocas do desenvolvimento intelectual do autor.

O livro *Três formulações do objeto da Metafísica de Aristóteles*, de Susana de Castro, dedica-se a examinar a questão de três modelos de investigação presentes na *Metafísica*, cada um com seu objeto próprio, cada um pretendendo realizar mais adequadamente o projeto da *Metafísica*. No entanto, não são modelos compatíveis entre si.

Após uma breve introdução, o capítulo intitulado “Observações preliminares”, apesar de ainda não abordar propriamente o tema das diversas investigações, apresenta de forma excelente os pressupostos necessários para uma adequada tematização do problema. Estuda-se o tipo de textos que compõem a *Metafísica*, impedindo que o leitor atual caia no recorrente equívoco de ler essa obra como se ela fosse um tratado moderno. O tipo de texto, por sua vez, só fica suficientemente claro se o contexto histórico de produção e recepção da obra é investigado, o que é feito em detalhes, sobretudo com apoio do clássico livro de J. P. Lynch, *Aristotle’s School: a study of a Greek educational institution*. A história do estabelecimento do *corpus aristotelicum*, com o possível surgimento da palavra “metafísica”, é outro ponto abordado no capítulo, indicando, mais uma vez, a peculiaridade da obra que se tem em mãos. Como vimos, a partir da segunda metade do século XIX se começou a perceber que a *Metafísica* não podia ser lida como uma obra sistemática. Uma das mais interessantes e engenhosas tentativas de explicação do porquê dessa ausência de sistematicidade é a interpretação cronológica de W. Jaeger. Por mais que, hoje em dia, o projeto de Jaeger tenha sido reiteradamente criticado, não se pode deixar de debater com ele. É o que faz Susana de Castro ao abordar a cronologia das obras de Aristóteles, enfatizando sua relevância para um tratamento da *Metafísica*.

Feitas essas observações preliminares, aparece a questão a ser abordada. A *Metafísica* possui vários tipos de contradições, aparentes ou reais. Uma delas diz respeito, como vimos, a diferentes formulações da ciência desenvolvida na obra. As formulações consideradas por Susana de Castro são: a ciência das primeiras causas e primeiros princípios, tal como formulado no livro I; a ciência do ente como ente, tratada no livro IV; e a teologia, tal como desenvolvida nos livros VI e XI. A discussão do primeiro e do terceiro modelos de investigação é feita no capítulo 2, e a abordagem do segundo no capítulo 3. A análise demonstra grande conhecimento do texto e da literatura clássica relevante sobre o tema.

A conclusão que Susana de Castro extrai de suas análises, generalizando-a para toda a filosofia aristotélica, consiste em mostrar a marca não-dogmática e aporética da filosofia de Aristóteles.

Três formulações do objeto da Metafísica de Aristóteles é um livro que pode ser útil tanto a quem está se aproximando agora do texto aristotélico quanto ao estudioso que já faz da obra de Aristóteles seu objeto de investigação. O estilo direto e objetivo, o grande conhecimento da literatura primária e secundária e as detalhadas argumentações, ainda por cima claras, fazem com que a obra possa alcançar públicos de diferentes níveis de acadêmicos.